

TESE AVANÇAR NA RECONSTRUÇÃO:

Reafirmar e intensificar a luta em defesa da universidade pública, seus princípios, sua autonomia e a autodefesa dos trabalhadores e trabalhadoras contra os ataques do governo Bolsonaro.

O Grupo **Avançar na Reconstrução** é o grupo que sucede na nomenclatura ao Reconstrução pela BASE, grupo formado majoritariamente pelo MOVER Plataforma Sindical Anticapitalista. O MOVER teve seu lançamento durante o 3º Congresso da CSP Conlutas em Sumaré-SP, se consolidou durante o XXIII Confasubra em Poços de Caldas-MG, participando ativamente das articulações, construção de teses, resoluções, culminando com a eleição de um diretor na Chapa do Movimento SONHAR LUTAR na direção Nacional da Fasubra, sendo fundado oficialmente em Natal no dia 15/10/2018.

Dirigimos atualmente o SINTEST-RN numa composição com o coletivo “Resistência” e outros companheiros e companheiras independentes. Somos militantes sindicais, homens e mulheres, de diferentes gerações e etnias, de diversos setores da UFRN e UFRSA que sentem e agem como parte de um amplo movimento de transformação da sociedade, maior que o próprio movimento sindical. Lutadores e lutadoras sociais que assumem a política como espaço e tempo para fazer a história. Na universidade busca construir o espaço sindical e, especialmente, o SINTEST-RN como uma ferramenta de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da UFRSA e UFRN, avançando na reconstrução da entidade dentro dos princípios que regem essa tese. No movimento nacional estamos na Fasubra construindo o **Movimento SONHAR LUTAR – Vamos à Luta pela BASE**, e reivindicando a CSP-Conlutas. Reafirmamos a luta em defesa da universidade pública, seus princípios, sua autonomia e a autodefesa dos trabalhadores e trabalhadoras contra os ataques do governo Bolsonaro.

I – Uma crise profunda no Brasil

Vivemos no Brasil uma conjuntura de um governo de extrema direita com tudo que o termo representa. Essa conjuntura que proporcionou a ascensão de Bolsonaro ao poder, com o apoio dos setores mais reacionários da sociedade brasileira começa a partir das escolhas erradas que o PT fez, e que resultaram no processo de impeachment da presidente Dilma e a prisão do ex-presidente Lula. Se antes não tínhamos a devida clareza da forma como se deu esse processo, chegando a defender em determinados momentos a Lava Jato - e aqui fazemos essa autocrítica necessária - hoje temos a clareza de que um grande acordo envolveu setores do judiciário, do ministério Público, da classe política no sentido de retirar de cena o então favorito a presidência, o Lula. Através das revelações do site "The Intercept Brasil", no que ficou conhecido como Vaza Jato, ficam escancaradas as conversas entre membros da acusação e do juiz que deveria julgar com isenção. O fato é que, numa conjuntura de acusação de corrupção ao PT, levada a cabo pela grande mídia, defensora dos interesses das elites burguesas, contando com o apoio de setores do fundamentalismo evangélico neopentecostal, Bolsonaro ganha a eleição na maioria do país, com exceção aos estados do nordeste, onde a candidatura da esquerda foi vitoriosa.

Temos no Brasil, pela primeira vez, um governo que desrespeita os princípios mais básicos da diplomacia, do respeito às diferenças, da liberdade religiosa. Um governo formado no tripé judicial, com a figura do Sergio Moro no Ministério da justiça, do Paulo Guedes, executivo da área financeira, e militar, com muitos militares de alta patente ocupando cargos estratégicos, inclusive a vice-presidência. Além disso, a própria família do presidente exerce papel importante, apesar de não fazer parte da estrutura do governo federal.

- Durante esse período de oito meses, onde a popularidade do presidente e a desaprovação do governo encolhe a cada dia, segundo institutos de pesquisa, pouco se fez para recolocar a economia nos trilhos. O desemprego aumenta, apesar do discurso de que a Reforma Trabalhista seria a salvação do Brasil na área de geração de empregos.

- Na área ambiental, onde o presidente sempre fez questão de afirmar que iria priorizar o agronegócio, as mineradoras, mesmo que para isso cessasse a demarcação de terras indígenas e com a possibilidade de rever grande parte dessas demarcações liberando territórios dos povos originários para a exploração desenfreada e sem critérios a não ser o lucro dos investidores, potencializou-se o estado de tensão permanente com muitos assassinatos de pessoas ligadas à defesa da terra.

- No campo diplomático o governo na sua incapacidade de conviver com as diferenças já ensaiou crises com a Venezuela ao ameaçar intervir militarmente para que ajuda humanitária chegasse à Venezuela através da fronteira brasileira, durante a crise entre um governo “imposto” e o governo legitimamente eleito do Nicolas Maduro. Na mesma linha, criou problemas com países da comunidade europeia que denunciaram as agressões a floresta amazônica com o aumento de queimadas. O caso mais notório foi com a França, grande parceiro comercial brasileiro que ofereceu ajuda e o governo brasileiro recusou e ainda tentou resumir tudo puxando a questão para o terreno pessoal envolvendo comentários mal educados em relação a primeira dama Michelle Macron.

- Briga com o corpo diplomático ao pretender nomear o próprio filho para a principal embaixada brasileira, nos Estados Unidos.

II - Ataques a Educação

O setor da educação é um dos que mais sofrem desde o início do atual governo. A começar pela escolha de um ministro colombiano cuja principal lembrança em sua passagem foi chamar o povo brasileiro de canibais mau-educados e mandar alunos filmar professores na sala de aula. Com a chegada de Abraham Weintraub, também ligado ao mercado financeiro, escancarou-se a proposta que o governo Bolsonaro tinha para a Educação Federal. Um Governo que patrocinou cortes de verbas que em alguns casos chegou próximo dos 40%, usando do artifício de “contingenciamento”; interviu na nomeação de reitores, descumprindo a tradição de nomear o primeiro da lista tríplice eleitos nos conselhos superiores das universidades instância máxima das universidades; Colocando assessores militares dentro da estrutura organizacional das administrações centrais das universidades e institutos.

O FUTURE-SE

Com o pomposo nome de Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), o governo federal lança um programa que na verdade se trata de uma tentativa de se livrar da obrigação constitucional de mantenedor da educação superior, transferindo a administração das universidades para Organizações Sociais (OSs). Seguindo o exemplo do que foi feito nos governos do PT, que transferiu a gestão dos hospitais universitários para a EBSEH, o MEC quer implantar esse modelo nas universidades e institutos, com um agravante. A EBSEH, presente de grego do Lula e do PT – não podemos esquecer – veio através de uma empresa pública e o FUTURE-SE virá através das famigeradas OSs que diga-se de passagem, não é nenhuma novidade. Já a combatemos desde a época de FHC. Essas OSs seriam superiores aos reitores, seriam escolhidas independentes de licitação, não seriam submetidas aos órgãos de controle, mesmo utilizando recursos públicos. E o pior! Todo patrimônio imobiliário, material e equipamentos seriam transferidos para as OSs, como fizeram com os hospitais que foram transferidos para a EBSEH. **Não podemos concordar com esse projeto nem com os demais ataques a educação pública.**

III - A Reforma da previdência

A grande falácia do Governo Bolsonaro no plano econômico nesse momento é a Reforma da Previdência, que encontra-se tramitando no Congresso Nacional. Se com a reforma trabalhista implantada pelo governo Temer, apesar da resistência da classe trabalhadora, mesmo que em determinado momento essa resistência tenha sido diminuída face a expectativas de algumas organizações dos trabalhadores de buscar outros caminhos que não ação direta nas ruas, o governo não conseguiu atingir o objetivo de atacar de frente o problema do desemprego, agora a nova panacéia para os problemas estruturais da nossa economia é a Reforma da Previdência. Uma reforma que ataca principalmente as mulheres ao acabar com a idade mínima de 55 anos, que

estende o tempo de contribuição prejudicando principalmente trabalhadores do RGPS, pela dificuldade de se manter no emprego e de comprovar efetivamente o tempo de serviço. Uma reforma que não poupa nem aposentados e pensionistas retirando benefícios de quem acumula pensão e aposentadoria que vai ter de optar por um dos dois benefícios e que isenta os empregadores de contribuição, taxando os trabalhadores em alíquotas que chegam até a 14%.

Nossa tese reafirma a luta contra essa reforma que poderia ser substituída de forma mais eficaz por uma auditoria da dívida pública, pela cobrança dos grandes sonegadores, entre outras ações. Defendemos:

- Não a Reforma da Previdência
- Auditoria da dívida pública conforme prevista na Constituição Federal
- Pela revogação da Reforma Trabalhista
- Pela unidade das esquerdas e centrais sindicais, no enfrentamento aos ataques do governo

Bolsonaro

IV – Lutar contra toda forma de opressão e na defesa dos direitos da mulher trabalhadora

No ultimo período um dos setores mais atacados pelos ataques do governo Bolsonaro é a mulher. Atacada na Reforma da Previdência, atacada na sua condição de mulher pelas declarações misóginas do Bolsonaro ao praticamente oferecer as mulheres brasileiras ao turismo sexual, seja ao incentivar a violência ao não apurar como deveria toda a verdade sobre o assassinato de Marielle Franco, ao permitir e incentivar que setores fascista continuem a desrespeitar a memória da ativista assassinada no Rio de Janeiro, o presidente demonstra toda sua falta de respeito a questão da mulher. Ao fazer comentários no mínimo deselegantes contra a primeira dama de uma nação amiga ele atinge o ápice da falta de decoro para o cargo presidencial e joga o governo numa situação no mínimo delicada perante a opinião pública mundial.

Como não poderia deixar de ser as mulheres continuam a exemplo do que fizeram no #8M e agora recentemente na Marcha das Margaridas a protagonizarem o enfrentamento concreto aos ataques do Governo. Ao passo que nacionalmente temos um cenário político de lutas mais efervescente, ainda precisamos trabalhar mais para consolidar o movimento por aqui. Para isso o Avançar na Reconstrução reafirma a luta em defesa dos direitos da mulher ao criar no XV Consintest a Coordenação da Mulher Trabalhadora, hoje uma realidade, com participação ativa nos encontros nas marchas nacionais e estaduais, participação expressiva no último Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da Fasubra e na Marcha das Margaridas.

Precisamos continuar trabalhando para que as mulheres atuem cada vez mais nos espaços políticos e se sintam diretamente representadas!

É crescente a afirmação do movimento negro de sua identidade e cultura, pelo fim do preconceito e do genocídio da juventude negra nas periferias. Também há maior visibilidade e luta da comunidade LGBT por respeito e pelo direito de amarem e se identificarem como quiserem, contra as trágicas manifestações Lgbtfóbicas ainda muito presentes. Os casos de estupros coletivos, violência doméstica e o assassinato de LGBTs fazem parte de uma triste estatística que precisa ser combatida.

Os casos cada vez mais constantes de assassinatos da população jovem, preta das periferias como acontece normalmente no rio de Janeiro, demonstra o caráter racista desse governo que parece incentivar essa violência genocida, seja através da omissão, seja através do próprio discurso bolsonarista.

O SINTEST/RN deve seguir firme em defesa do direito das mulheres e das liberdades democráticas denunciando todo e qualquer tipo de opressão bem como exigindo das autoridades a aplicação da lei Maria da Penha e de uma lei que criminalize a Lgbtfofia. Precisamos também ser

mais efetivos dentro do sindicato e da federação no combate a toda forma de opressão que tentem silenciar ou violentar nossas companheiras e as LGBT.

Nossa pauta para mulheres e opressões defende:

- a manutenção de cotas para mulheres em todas as atividades organizadas pela Fasubra e SINTEST/RN.

- apoiar a Resolução congressual da Fasubra que garante creche para crianças até 11 anos e, sem limite de idade, para crianças portadoras de necessidades especiais, garantindo a participação da mulher trabalhadora com filhos pequenos em eventos nacionais e locais;

- a criação de resolução sobre creche nos moldes da Fasubra sindical;

- Incentivo à participação de mulheres nos espaços de decisão do /Sintest/RN.

- Pela libertação de mulheres e homens de toda forma de opressão: a capitalista e aquelas que esta instrumentaliza;

- Por mais direitos: Em defesa dos direitos LGBT, contra o genocídio da juventude negra da periferia e todas as formas de opressão como à intolerância religiosa, o racismo, o feminicídio e a LGBTfobia.

V – Pela reorganização do movimento sindical e popular: unidade na luta e reorganização para enfrentar a “onda fascista”.

O povo vive um estado de letargia política sem precedentes, apesar da gravidade dos ataques perpetrados as novas gerações através de projetos como o “Escola em partido” e as Bases Nacionais Curriculares do Novo Ensino Médio ainda no governo Michel Temer. Esses projetos queriam ou querem retirar da juventude a capacidade de pensar, transformando-os em massa de trabalho para o mercado capitalista.

Ao ensino superior público o Governo acena com a realidade dos cortes orçamentários, da falta de novos concursos públicos, da possibilidade de demissão voluntária e por insuficiência de desempenho, tudo isso apresentado recentemente no projeto denominado FUTURE-SE que nada mais é do que a entrega total das universidades e institutos federais ao mercado e da cobrança de mensalidades nos cursos de graduação. Tudo em nome do capital.

A capacidade de aglutinação da esquerda passa pela mobilização constante e crescente através da busca da unidade entre os diversos movimentos sociais da juventude, de negros, de minorias, dos sem moradia e dos trabalhadores. Entendemos que a CSP Conlutas é a principal ferramenta de intervenção da esquerda progressista que pode e deve puxar essa unidade necessária ao enfrentamento cada vez mais crescente entre trabalhadores e a burguesia.

1) Pela defesa intransigente do PCCTAE : A tese Avançar na Reconstrução é favorável a luta pela unificação dos movimentos sociais, centrais sindicais em defesa dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país. Por entender que a unidade é fundamental para o enfrentamento aos constantes ataques do Governo Bolsonaro e seu congresso corrupto, não aceitamos que dentro da própria categoria haja uma tentativa de divisão da nossa base sob pretexto de criar castas onde trabalhadores do Nível E seriam superiores aos demais TAEs. Reivindicamos o Sintest-RN como único representante dos técnico-administrativos em educação.

2) Pela revogação da Lei Trabalhista, que vai precarizar ainda mais as relações de trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES; pelo fim do contingenciamento dos cortes orçamentários; contra a cobrança de mensalidade nas universidades; contra a falta de segurança nos campi.

3) Reivindicamos a Resolução sobre Serviço Público aprovada no XX Congresso da CSP-Conlutas e que está anexo a essa tese.

4) Por um julgamento justo para o ex-presidente Lula. Se ele é culpado por algum crime que se prove e o condene com base na lei. Contra a prisão baseada em práticas que desrespeitam os direitos fundamentais e a boa prática judiciária.

5) Punição ao Sérgio Moro, Dalagnol e todos os responsáveis pelos excessos da Lava Jato!

6) Manutenção dos Hospitais Universitários - HUs ligados às Universidades. Vivemos hoje uma realidade de ataques e retirada de direitos sem precedentes na história do serviço público. Por conta dos cortes orçamentários nas verbas de custeio várias universidades federais estão sob ameaças de paralisarem as atividades até o final de 2019.

A situação dos HUs é ainda mais crítica. Além da questão orçamentaria temos problemas sérios de representatividade e de relações por causa da existência de três regimes de trabalho convivendo no mesmo ambiente.

A EBSEERH, verdadeiro presente de grego, criada no apagar das luzes do governo Lula, e implantada a partir do Governo Dilma, que deveria resolver os problemas de gestão, acabando com o regime de trabalho terceirizado acabou criando ainda mais problemas. O maior problema que nos deparamos agora é a falta de representatividade sindical, pois, a FASUBRA foi excluída da mesa de negociação EBSEERH, onde teria direito de representar os trabalhadores e trabalhadoras do RJU por retaliação do Governo Temer.

Por conta das aposentadorias de funcionários das universidades e da não realização de concursos públicos, num futuro próximo não teremos representação nenhuma dentro dos HUs. Será a entrega completa dos hospitais universitários à privatização com o serviço se completando através da transformação da EBSEERH em uma Organização Social - OS. Por conta disso, os assinantes dessa tese continuam reivindicando o modelo de hospital Universitário defendido pelo SINTEST-RN e FASUBRA como hospital escola, 100% SUS, voltado ao ensino, pesquisa e extensão e não apenas como um mero hospital de caráter assistencialista e mercantilista, com atendimento via planos de saúde, como está previsto para o Hospital da Universidade Federal de São Carlos. Defendemos também, que o SINTEST-RN continue lutando na defesa intransigente dos trabalhadores RJU dos nossos HUs e pela abertura de concursos públicos no setor de saúde.

Agora o problema se repete em escala maior tornando-se uma ameaça ao futuro das entidades sindicais. Com o grande numero de pessoas se aposentando, o fim da realização de concursos públicos, vontade expressa do Paulo Guedes, chefe da economia, a contratação de empregados via CLT (OSs) apontada no FUTURE-SE, os sindicatos da categoria correm o risco de perderem sua base que são os trabalhadores RJU. Por tabela o Regime próprio da previdência dos servidores tende a ficar deficitário pela grande quantidade de contribuições que migram para o RGPS. A direção do Sintest e a tese Avançar na Reconstrução cobra da Reitoria da UFRN:

- **posição contrária ao FUTURE-SE;**
- **cobrança da devolução dos recursos contingenciados;**
- **exigir imediatamente a liberação de verbas das bolsas de pesquisa e apoio técnico.**

7) Por maior flexibilidade na implantação efetiva das 30 horas. O ponto eletrônico foi uma medida implementada pela reitoria da UFRN a partir de um parecer da auditoria interna da própria universidade. Antecipando-se a qualquer possibilidade de investigação externa e seguindo a sua linha de temer os órgãos de controle, ao invés de defender a autonomia universitária, a reitoria da UFRN impôs o ponto sem qualquer diálogo prévio com a categoria ou com a comunidade acadêmica. Se hoje o ponto eletrônico é uma realidade, precisamos avançar nas resoluções que garantam maior condição de implementação dos turnos contínuos. Na verdade, em muitos casos, o enrijecimento da jornada de trabalho só prejudica o atendimento ao público.

O acompanhamento dos danos do ponto, bem como uma efetiva ampliação dos turnos contínuos em todos os setores da UFRN e UFERSA deve ser uma política permanente do

SINTEST-RN junto à PROGESP. A obtenção ampla e irrestrita da redução de jornada de trabalho sem redução de salário deve ser um dos eixos principais do Sintest/RN para o próximo período, pois as 30h são uma medida que beneficiam o público e o servidor na medida em que o primeiro terá o setor aberto ininterruptamente e o segundo poderá trabalhar menos tempo com ganho de qualidade de vida.

- É tarefa do SINTEST-RN organizar as trabalhadoras e trabalhadores pela base para que pressionem os colegiados a aprovarem esses processos de turnos contínuos. É necessário também que em cada assembleia haja um momento específico para que os membros do sindicato que estão mais próximos dessa questão possam atualizar a categoria sobre como estão os andamentos. É primordial também rechaçar qualquer proposta de turno contínuo sem redução de jornada, conforme ventilado algumas vezes pela administração central. Essa é uma grande distorção da proposta original das 30h.

4) Implementar nosso Plano de Lutas para o próximo período que é:

a) Fortalecimento da Fasubra como frente única dos trabalhadores em educação, participando ativamente das campanhas e lutas convocadas por esta entidade;

c) Reafirmar a nossa posição de filiada à CSP-Conlutas, disputando um caráter amplo e democrático da central. Reconhecemos que a entidade é aquela que mais representa a luta dos trabalhadores, mas não deixamos de criticar a forma autoritária e estreita que a direção majoritária vem tocando.

d) Priorização, enquanto base da Fasubra, do Fonasefe, Fonacate e outros fóruns locais como espaços privilegiados de articulação dos movimentos sociais e sindicais combativos neste momento histórico.

e) Defendemos a construção do processo de negociação conjunta dos Servidores Públicos Federais como estratégia privilegiada de negociação no momento em que vivemos.

- Sem corte de recursos no orçamento destinados à educação e recomposição das perdas do último período.

- Nomeação imediata dos reitores eleitos pela comunidade universitária sem nomeação de interventores.

- Contra a Reforma da Previdência, e as demais reformas que atacam os direitos dos trabalhadores.

- Pela revogação da EC 95 que congela os investimentos públicos

- Pela revogação da Reforma Trabalhista

- Contra o FUTURE-SE

No campo Estadual:

- Interiorização das ações do Sintest-RN

- Contra a tentativa de divisão da categoria patrocinada pela ATENS;

- Fora EBSEH; Pelo hospital universitário 100% SUS, voltado ao ensino, pesquisa e extensão;

- Defesa intransigente dos trabalhadores RJU dos Hospitais universitários;

- Cobrar posição pública da Reitoria contra os cortes orçamentários e na defesa da universidade pública e contra o FUTURE-SE.

Por um sindicato cada vez mais comprometido com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, e na defesa de um mundo mais justo e socialista.

Escrevemos essa tese na expectativa que o Congresso do SINTEST-RN possa animar nossas lutas e

dar nova dinâmica no nosso movimento. A realidade que está posta é a pior possível. Vivenciamos um cenário de recessão, corrupção generalizada e descrédito da casta política que a cada dia fazem coisas inimagináveis. A Operação Lava Jato que começou trazendo esperança de um enfrentamento efetivo à corrupção acaba demonstrando através dos vazamentos da “The Intercept Brasil”, conhecido com Vaza Jato, mera articulação com requintes de crime organizado coma a finalidade de retirar de cena o então candidato favorito às eleições. O Supremo está com a imagem desgastada, Ministério Público, enfim, as instituições estão arranhadas seriamente pelas declarações divulgadas com apoio de jornais com a Folha de São Paulo, entre outros. O Governo ataca as entidades sindicais tentando diminuir a sua capacidade de financiar a luta tentando retirar do contracheque dos servidores a contribuição voluntária aos seus sindicatos e associações.

Precisamos, diante deste cenário devastador, buscar outras formas, discutir possibilidades, táticas de financiamento das entidades sindicais que garanta a efetiva condição de enfrentar nas ruas a ofensiva cada vez maior do fascismo que parece estava latente no seio de grande parte da população brasileira e que agora, incentivado pela presença antidemocrática do ex-capitão hoje presidente se torna cada vez mais ostensiva.

Diante disso tudo só nos resta esperar que esse XVI Consintest nos sirva de alento para manter cada vez mais viva a chama da luta pelas liberdades democráticas, contra a corrupção, na defesa do ensino público gratuito, laico e de qualidade referenciada e por um estado menos violento contra seu próprio povo.

Assinam essa tese os militantes das forças políticas da base do Sintest-RN:

Aparecida Dantas (MOVER)

Manoel Euflausino (MOVER)

Edson Lima (MOVER)

Pedro Neto (MOVER)

Sandro Pimentel (MOVER)

Marileide Batista (MOVER)

Jane Suely (MOVER)

Tiago Lincka (MOVER)

Edmilson Jerônimo (MOVER)

Fran Silva (MOVER)

Antonio Ulisses (MOVER)

Anilza de Sena (MOVER)

Tházia Maia (MOVER)

Ricardo Lago (MOVER)

Mariza Pereira (Delegacia Santa Cruz)

Zeza Amâncio (MOVER)

Wendson Silvino (MOVER)

Severina Souza (MOVER)

Rodrigo (Direção Estadual)

ANEXO I

EM DEFESA DOS SERVIDORES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

Proponentes:

Considerando que

- Bolsonaro tem intensificado os ataques aos serviços públicos, promovidos desde os anos 90 pelos governos de plantão, impulsionados pelos planos neoliberais de estado mínimo. FHC, Lula, Dilma e Temer fizeram privatizações, terceirizações, criaram as Organizações Sociais (OSs) e legislações que engessaram o Estado, como a lei da Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional 95 (EC 95), implementando um teto, como forma de impedir maiores investimentos nos serviços públicos. Essas políticas garantem o saque de quase metade do orçamento da União para os banqueiros, desviando os recursos dos serviços públicos e para o pagamento de juros e amortizações de uma falsa dívida pública.
- As políticas neoliberais também buscam transformar os serviços públicos em negócios rentáveis, subvertendo a lógica de que são direitos e devem ser garantidos pelo Estado, transferindo para a iniciativa privada sua prestação, reduzindo salários, diminuindo o número de trabalhadores, entre outros ataques.
- As políticas ultraliberais de Bolsonaro pretendem intensificar ainda mais o desmonte dos serviços públicos, através de ampla reforma administrativa, impondo medidas como enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo; redução de jornada com redução de salário; instituição de um carreirão horizontal e transversal, extinguindo a referência das lotações; congelamento salarial e redução dos benefícios do funcionalismo; aumento da alíquota sobre o PSS; possibilidade de redução do valor atual da aposentadoria com a cobrança da contribuição previdenciária; redução do salário inicial do funcionalismo e intervalo maior para atingir progressões; fim da estabilidade; ampliação da contratação temporária, terceirização e autorização para a União criar fundações privadas, contratar organizações sociais e serviço social autônomo; contrato de gestão ou mesmo convênio, para prestar serviços ao Estado nas diversas áreas do serviço público;
- Assim, o sucateamento dos serviços públicos avança exponencialmente. Diante deste cenário, a luta em defesa dos serviços públicos exigirá esforço redobrado e também irá requerer maior participação dos trabalhadores e fortalecimento das entidades. Por este motivo, o Governo se

adianta na tentativa de desorganizar os trabalhadores, promovendo a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios; tenta criar programas de automação e digitalização de serviços de maneira a terceirizar as atividades públicas, além de querer regulamentar, de modo restritivo, o direito de greve do servidor público e outros ataques às organizações sindicais;

- Para a educação, o projeto do Governo Bolsonaro é a destruição da rede de educação superior, composta pelas Universidades e Institutos Federais. Neste sentido, o MEC apresentou um projeto chamado FUTURE-SE, cujo propósito altera o conceito de educação para instituições com fins financeiros, que visam a captação de recursos como prioridade. Para executar tal projeto, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) perderiam sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão para entregá-la às OS. Esse projeto de educação foi apresentado como forma quase impositiva, já que o Governo promoveu cortes que já atingem R\$ 6,1 bilhões neste ano, o que levará as IFES a pararem as suas atividades já no segundo semestre. Como existe resistência na comunidade acadêmica aos projetos de Bolsonaro e seu ministro, a política do Governo tem sido de desrespeitar as consultas que indicam os Reitores e dar posse a Reitores que garantam a aplicação de suas medidas, ou até mesmo de nomear agentes de sua confiança para atuar e intervir nas IFES.

- Políticas semelhantes são aplicadas nos diversos órgãos do Executivo, como o esvaziamento da Funai; o enfraquecimento do Inbra, do Ibama e do ICMBio; o fim dos Ministérios do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Esportes. Como os ataques visam também a desorganização dos trabalhadores, o mais fatiado foi o Ministério do Trabalho. As atividades desenvolvidas pelo extinto ministério foram pulverizadas em diferentes órgãos. No Ministério da Economia criaram a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e, logo abaixo no organograma, a Secretaria do Trabalho. Parte dele também foi para os “superministérios” da Justiça, de Sérgio Moro e para a Cidadania.

- Outro foco do Governo Bolsonaro tem sido a destruição do meio ambiente para promoção do agronegócio, mineradoras e madeireiras. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente deixou de servir ao seu propósito e o ministro Ricardo Salles vem colecionando ações que demonstram total desprezo com a proteção ao meio ambiente, prometendo até revisar todas as multas lavradas pelos fiscais do Ibama.

- Bolsonaro também defende a exploração mineral em terras indígenas, principalmente na área da reserva Yanomami onde, segundo ele, há “bilhões ou trilhões de dólares” debaixo da terra. Isso representa o fim das reservas, desmatamento, expulsão das comunidades, mortes, extinção de espécies da fauna e flora.

- Para dar cabo a esses diversos ataques, Bolsonaro criou o “superministério” da Justiça, num

contexto em que a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e a recém aprovada MP 881 retiram direitos dos trabalhadores e a Justiça do Trabalho se apresenta como mais frágil para defesa dos trabalhadores. Por isso, a luta pela democratização do judiciário e do Ministério Público da União, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade, onde verificamos o descrédito cada vez maior na atuação de seus membros e cúpulas. Isto impõe um cenário de mais dificuldades para valorização dos servidores.

- É preciso debater o papel da Justiça, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades e na repressão das lutas sociais. É preciso democratizar o acesso e enfrentar os privilégios mantidos em seu interior, com aplicação de política salarial voltada apenas aos juízes e procuradores, que consome parcelas cada vez maiores do orçamento, em detrimento dos servidores.

- Essa diferença, existente entre um grupo minoritário que detém poderes absolutos, foi inclusive utilizada pelo Governo e pela mídia como justificativa para avançar com a Reforma da Previdência. Sob o eco de atacar os “privilegiados”, a reforma da previdência manteve os privilégios destes intactos, desferiu grandes golpes ao conjunto dos trabalhadores e foi dura também no funcionalismo.

- A aprovação da Reforma da Previdência representa o desmonte da seguridade social brasileira e um duro ataque ao conjunto dos trabalhadores. Os servidores públicos sofrerão com medidas como: vedação de incorporação de vantagens; modalidades de aposentadorias (por incapacidade, compulsória e voluntária); limites máximos e mínimos dos proventos; vedações de acumulação de aposentadorias e de pensões; tipos e formas de contribuições previdenciárias; a permissão para que o regime de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) possa ser gerido por entidades abertas (bancos e seguradoras) etc. O texto permite, ainda, a extinção de regime próprio de previdência social (RPPS) e a transferência para Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como instituírem alíquota progressiva da contribuição previdenciária para ativos, aposentados e pensionistas; ampliar a incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, cobrar dos aposentados e pensionistas contribuição extraordinária por até 20 anos, entre outros ataques ao regime de previdência social.

- As diversas regras de redução do cálculo das aposentadorias, bem como o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima atinge tanto os trabalhadores da iniciativa privada como os trabalhadores do funcionalismo. Querem aumentar a miséria do povo para beneficiar os verdadeiros privilegiados, 1% da população, especialmente os banqueiros. É um duro ataque aos direitos de milhões de trabalhadores.

- Os ataques seguem também para a saúde, que deveria ser promovida pelo Governo federal. Parte significativa dessa prestação é composta pelos Hospitais Universitários (HUs), que foram entregues

às OS através da EBSERH. Agora, o projeto do governo é de piorar ainda mais a saúde pública e retirar leitos dos SUS para o atendimento a convênios privados nas redes públicas;

- Os HUs, por concentrarem pesquisadores, ainda cumprem um papel de atendimento de doenças complexas para o povo pobre. Essa associação tende a tornar os HUs cada vez mais dependentes financeiramente dos empresários da saúde e, portanto, mais inacessíveis para tratar condições como cânceres, partos de risco, transplantes, transtornos psiquiátricos graves, doenças raras e vários outros atendimentos de ponta;

- A condução do Ministério da Saúde por Luiz Henrique Mandetta também tem sido muito problemática. A suspensão dos contratos com vários laboratórios para produzir 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS é uma tragédia que já prejudica cerca de 30 milhões de pacientes pelo país e vai aumentar a quantidade de mortes por câncer, rejeição de transplantes, diabetes e hipertensão;

- Seguindo a política de extermínio da população negra e LGBT de Bolsonaro, Mandetta também atacou o Programa Brasileiro de Aids, um dos mais importantes do mundo, ao acabar com o departamento específico e agrupá-lo numa coordenação conjunta com doenças cujo enfrentamento é completamente diferente, como hanseníase e tuberculose, exatamente em um momento que a incidência de novos casos de HIV volta a crescer entre jovens e adolescentes, entre outros ataques;

Propomos

- Construção de uma Greve Geral para derrubar a Reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e Maia;

- Revogação da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização; Defesa da justiça do trabalho e recriação do Ministério do Trabalho! Não à Carteira de Trabalho “verde-amarela”, sem direitos;

COLOCAR A MP 881 (ver como é a consigna)

- Valorização dos serviços e servidores públicos! Por mais concursos públicos e pela manutenção da estabilidade do funcionalismo, retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF; arquivamento imediato do PL 248/95, PLS 116 e de todos os projetos que atacam a estabilidade;

- Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e de qualidade; não ao FUTURE-SE

- Eleições livres, democráticas e paritárias dos reitores, diretores e demais dirigentes dos serviços públicos, pelos trabalhadores e usuários! Não aos interventores;

- Em defesa do SUS 100% público, gratuito, estatal, de qualidade e socialmente referenciado;

- Fim da EBSERH e efetivação de seus funcionários ao efetivo das universidades pelo RJU;

- Estatização das empresas e equipamentos de saúde privada;

- Por um plano de produção de medicamentos por estatais do setor farmacêutico para distribuição

gratuita para a população! Retorno imediato dos contratos para produzir remédios para diabetes, câncer, hipertensão e outros! Retorno do Programa Brasileiro de Aids, com a verba necessária e sem ingerência moralista por parte de nenhum governo;

- Investimentos em moradia e saneamento básico;
- Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
- Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%); política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias. Pela garantia do direito à data-base, em primeiro de maio. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes; garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário.
- Contra as privatizações e o desmonte dos serviços públicos! Reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas pelos governos anteriores!
- Em defesa das liberdades democráticas e da livre manifestação e organização dos trabalhadores! Não ao ataque às entidades sindicais! Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT. Liberação de ponto para as atividades sindicais e de dirigentes sindicais, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas.
- Por um plano emergencial de geração de emprego, com direitos e salário digno.
- Suspensão e auditoria imediata do pagamento da dívida pública.
- Não à Corrupção! Punição e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores